ELIAS MATIAS

ALENTEJO EM LUTA

EDITORA SEMENTEIRA

ELIAS MATIAS

O ALENTEJO EM LUTA

(Testemunho sobre os trabalhadores rurais durante a 1.ª República)

APRESENTAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E NOTAS DE
JOÃO FREIRE

EDITORA SEMENTEIRA C.R.L.
LISBOA — 1985

© Editora Sementeira C.R.L.
Todos os direitos reservados
Apartado 3122
1303 LISBOA CODEX — PORTUGAL

Capa: Carlos Reis
Revisão: Maria Lurdes Rodrigues e João Freire
Composição e impressão: Gráfica 2000 — Cruz Quebrada
Tiragem: 300 exemplares
Data: Novembro 1985
Depósito legal: n.º 9605/85

Contribuiram para a concretização deste livro os companheiros Elias Matias, José R. Sequeira, Manuel G. Matos, Joaquim Pedro, Lígia Oliveira, Carlos Alberto e outros que pediram o anonimato. Para eles o agradecimento do editor.

APRESENTAÇÃO

A ideia do presente livrinho nasceu de uma maneira um tanto inesperada. A gestação foi assaz atribulada. Mas, mais escorreito do que aquilo que fora previsto, aqui está ele ao alcance do público. É mais uma obra de testemunho sobre o movimento operário da primeira república, agora dedicada aos trabalhadores rurais do Alentejo.

O seu autor, Elias Matias, começara por escrever um artigo para a revista *A Ideia*, em 1981, que aqui se reproduz de novo. Mas, a despeito da sua provecta idade e de algumas naturais dificuldades físicas, Elias Matias entusiasmara-se com o trabalho e, por sua conta, resolvera prosseguir. Pesquisou em bibliotecas, rabiscou mais texto, e, nos meses seguintes, inundou-nos a mesa de redacção em Lisboa, inviabilizando, pela sua extensão, a hipótese de um segundo artigo, complementar do primeiro.

Surgiu então a ideia de um pequeno livro onde coubessem, com um mínimo de largueza, não só os testemunhos de Elias Matias, mas também a documentação referente ao mesmo assunto que ele começara a levantar e que entretanto fora completada e sistematizada em Lisboa, consistindo essencialmente em informação da imprensa da época. No total, o livro faria cerca de 150 páginas, das quais três quartas partes ocupadas com os documentos anexos, cobrindo não apenas os trabalhadores rurais alentejanos mas, de maneira mais ampla, uma amostra significativa da influência da propaganda anarquista nos campos portugueses daquela época.

Porém, assinado o respectivo contrato com uma empresa editora bem conhecida e entregue o original, ficou este indefinidamente na gaveta do editor, ultrapassando todos os prazos admissíveis e resistindo a todas as diligências.

Por esta razão, três anos volvidos, a Editora Sementeira decidiu-se, em alternativa, a publicar uma versão encurtada do livro, mantendo a parte testemunhal de Elias Matias mas eliminando a quase totalidade dos documentos que haviam sido seleccionados. Apenas foram mantidos aqueles em que a pessoa do autor mais directamente estava envolvida.

* * *

Elias António Matias é hoje, com Deolinda Lopes Vieira, um dos decanos dos anarquistas portugueses. Com efeito, tendo nascido em Évora, a 23 de Agosto de 1888, ultrapassou já os noventa e sete anos de existência.

Filho de trabalhadores rurais, foi inicialmente praticante de enfermeiro, entre 1904 e 1907, mas a partir daí enveredou pelo ofício de sapateiro, que praticou para o resto da sua vida activa.

Presente nas movimentações associativas desde 1906, foi em 1908 um dos fundadores do Grupo Anarquista «Avante!» (que, para a legalidade, se chamava: Grupo de Propaganda Livre), o qual publicou duas séries de um jornalzinho intitulado *Avante!* e em Outubro de 1910 colaborou com os republicanos no derrube da monarquia em Évora.

Nos tempos seguintes, a par de grande activismo militante libertário, foi também correspondente dos jornais *O Sindicalista* e, mais tarde, *A Batalha*. Nos seus despachos e telegramas para o primeiro, quando da greve de 1912, usava o pseudónimo de «Marti», tal como aparece nos documentos em anexo.

Em 1918 foi preso no movimento de greve geral, mas libertado ao fim de quinze dias.

Em 1932 deixou Évora por Lisboa, cessando a sua actividade nas associações de trabalhadores eborenses — nomeadamente dos manufactores de calçado e dos rurais — tão intensa durante mais de vinte anos.

Hoje, de novo residindo em Évora, Elias Matias é ainda um espírito vivo e lúcido, como mostra este seu trabalho. «A minha vista não me ajuda a escrever estas linhas direitas, e um homem que não conseguiu a 3.ª classe tem que ter bastantes erros ortográficos, que os camaradas terão de rever» — escrevia ele, nos momentos iniciais desta colaboração. E numa outra carta, em 1982, recomendava: «É preciso frizar que não existiam funcionários. Toda a escrita dos sindicatos era feita pelos militantes.» Recordava também a importância das cooperativas criadas por muitos sindicatos rurais, «sendo a mais importante a do S. Tiago do Escoural, que mantinha também uma tipografia onde eram executados todos os trabalhos para os sindicatos rurais e de outras classes, e ainda uma oficina de calçado destinada a servir todos os associados».

Ainda há poucos meses Elias Matias se prestou a testemunhar presencialmente na Universidade de Évora o que eram as movimentações dos trabalhadores rurais alentejanos de há setenta anos atrás, imbuídas de um espírito libertário hoje irreconhecível.

Apesar dos atrasos e das dificuldades, aqui está, pois, o testemunho de um homem que toda a vida se orientou em referência a valores de liberdade e igualdade autênticas. Não é, assim, sem emoção, que me associo à publicação deste seu livro.

Setembro 1985

JOÃO FREIRE

1

A PRIMEIRA GREVE DOS TRABALHADORES RURAIS, EM JUNHO DE 1911, TORNA-SE REVOLUCIONÁRIA E DE ACÇÃO DIRECTA

Antes de entrar propriamente na descrição desta greve, terei que fazer algumas considerações sobre o seu princípio e os seus fins. As classes trabalhadoras haviam esquecido durante a propaganda republicana as suas lutas sociais e económicas, julgando talvez que a República lhes viesse melhorar a sua situação de miséria. Nós e outros camaradas, que também tomámos parte na luta contra a nefasta monarquia, não o entendíamos porém assim e em Junho de 1908 criámos o Grupo Anarquista de Propaganda Livre Avante! Sabíamos que da República nada tínhamos a esperar; apenas um pouco mais de liberdade, mas condicionada às leis burguesas e capitalistas.

Depois da implantação da República acordam da letargia em que há anos se encontravam adormecidos e tentam então a sua organização, os trabalhadores rurais, cuja miséria era patente. Joaquim Candieira, José Cebola, Vital José, Tiago José Varela, Joaquim Fornalha e Jesuíno Madeira, constituem uma comissão e em Novembro de 1910 vão, em sessões de propaganda, a todas as freguesias, aldeias e vilas do distrito de Évora, deixando em organização sindicatos de trabalhadores rurais.

O Grupo Anarquista Avante é contactado por esta comissão e logo se põe ao seu dispor, passando mais de duzentos modelos de actas, livros de caixa, relações de sócios e cópias de estatutos a enviar ao respectivo ministro e ainda coordenando todo o movimento dos trabalhadores rurais.

Em 1 de Janeiro de 1911 é inaugurado o Sindicato de Évora, na Rua do Raimundo, onde hoje existe a Escola de Amadores de Música, já com 490 trabalhadores inscritos. A sessão teve lugar pelas 8 horas da noite, presidindo Joaquim Candieira, tendo como secretário Patrício Gomes, rural, e Joaquim Leitão, pelo Grupo Anarquista Avante. Falaram também políticos, como o Dr. Felício Caeiro e António dos Santos Cartaxo, discordando das acusações feitas ao governo, e os operários António Moura e Inocêncio Vermelho, corticeiros, e José Cebola e Vital José, rurais. Elias Matias fez algumas considerações sobre a situação dos trabalhadores rurais, que conhece profundamente pois é filho de um rural.

Encerrou a sessão Sertório Fragoso, operário tipógrafo e delegado do Grupo Anarquista Avante, que justificou a falta dos corticeiros Francisco Paulino e Mateus Ruivo. Referiu-se depois ao dia 1.º de Janeiro, à fraternidade universal, saudando os trabalhadores presentes e de uma forma geral os de todo o mundo dizendo que tal fraternidade só será um facto quando os povos se livrarem de todas as fronteiras.

Todos os operários que falaram nesta sessão foram unânimes em criticar a acção do governo, que assim se está divorciando das classes trabalhadoras. A sessão terminou com vibrantes vivas ao movimento sindical rural e a todo o proletariado.

Mas a propaganda dos rurais não parou, tendo já em fins de Abril constituídos 52 Sindicatos.

Em Maio de 1911 o Sindicato de Évora reúne-se para estudar as reivindicações a apresentar ao patronato, tendo também sido aprovada por maioria a convocação geral de todos os sindicatos para discussão das respectivas bases.

Esta reunião magna realizou-se em 18 de Maio com assistência de delegados dos seguintes sindicatos: Machede, S. Miguel de Machede, Azaruja, Val de Pereiro, S. Manços, Monte Trigo, Monforte, Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Escoural, Arraiolos, Alcáçovas, Viana do Alentejo, Vidigueira, S. Marcos do Campo, Aguiar, Egrejinha, Graça do Divor, Vendinha, Reguengos, S. Bento do Mato, Boa Fé, Vimieiro, Mourão, Évora-Monte e Portel.

Presidiu José Cebola, tendo como secretário Vital José e Tiago José Varela. Tomou a palavra Joaquim Candieira que depois de demonstrar com factos a situação dos trabalhadores rurais, situação essa de escravidão e de miséria, apresentou a seguinte

MOÇÃO

— considerando que a vida dos trabalhadores rurais tem sido sempre e é ainda hoje a classe mais explorada;
— considerando que a miséria que atinge todas as classes, mas ainda mais a dos trabalhadores rurais, demonstra bem estas afirmações;
— considerando ainda que é anti-humano os trabalhadores rurais terem que sair de suas casas ainda de madrugada para chegar ao trabalho antes de nascer o sol, e só termina o dia de labuta ao pôr do sol;
— considerando, mais, que tal situação não pode continuar;
— considerando, por último, que pastores e ajudas, moirais de parelhas e moços passam os dias e noites junto das parelhas:

Os trabalhadores rurais reunidos em sessão magna de 18 de Maio de 1911 para aprovar as suas reivindicações

RESOLVEM:

1.º — Que durante os trabalhos das ceifas o ordenado seja de 800 reis; 1 hora para o almoço; 2 para o jantar; 1/2 hora para a merenda; larga do trabalho ao sábado às 4 1/2 horas.

2.º — Que terminadas as ceifas o salário seja de 400 reis por cada dia.

3.º — Que o trabalho das mulheres seja equilibrado ao salário dos homens, antes e depois das ceifas.

4.º — Que o salário anual dos pastores e ajudas, moirais de parelhas e moços, seja aumentado 60% e melhorias das comedias.

5.º — Que aos pastores e moirais de parelhas seja concedido 1 dia e noite em cada mês para ficarem em suas casas.

6.º — Os patrões tomam o compromisso de não despedirem qualquer dos trabalhadores.

Évora, 18 de Maio 1911,

Joaquim Candieira

Esta moção foi discutida por diferentes delegados, sendo aprovada por unanimidade, depois de sobre ela terem ainda falado José Cebola, Vital José e Jesuíno Madeira. Madeira.

A Moção foi remetida ao Sindicato Agrícola dos patrões que, em 23, enviou a seguinte resposta:

Exmos. Senhores

Os lavradores da região, reunidos no seu respectivo sindicato agrícola e tendo tomado nota das reclamações exigidas pelos sindicatos dos trabalhadores rurais, levam ao vosso conhecimento as resoluções tomadas:

1.º — Havendo já muitos contratos celebrados em negócios de ceifas, é impossível rescindi-los.
2.º — Não pode acertar a uniformidade de preços em ceifas ou em quaisquer outros trabalhos.
3.º — Não há dúvida em aceitar o horário proposto para os trabalhadores das ceifas, mas com a modificação de que a largada aos sábados será às 17 h.
4.º — Para os trabalhadores da ceifa a comer, continuará o horário actual.

Como a direcção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Évora não se conformasse com esta resolução, convocou nova reunião magna de todos os sindicatos para o dia 28 de Maio.

Proclamação da Greve Geral

Em 28 de Maio foi resolvido reunir em assembleia geral todos os sindicatos, estando presentes 55 delegados.

Presidiu Joaquim Fornalha e fizeram uso da palavra diferentes delegados que, depois de apreciarem a resposta dos lavradores em não aceitarem as suas reclamações, lembram que o único caminho a seguir é o da greve. A discussão é acalorada e de protestos contra a atitude dos patrões. Neste momento o delegado do sindicato de S. Manços envia para a mesa uma moção propondo a declaração da greve geral para o dia 31 de Maio de 1911. Posta à

discussão, todos os presentes com ela concordaram e a moção acabou por ser aprovada por aclamação e com vivas à unidade dos trabalhadores rurais.

No dia 29 os delegados que proclamaram a greve voltaram aos seus postos e no dia 31, logo de manhã, grupos compactos começam a chegar a Évora vindos de diferentes freguesias, aldeias e vilas do distrito. À tarde, a concentração no Rossio de S. Brás eleva-se já a mais de 20.000 trabalhadores.

O Comité da Greve está composto pelos rurais Joaquim Candieira, José Cebola, Vital José, Tiago José Varela e por Elias Matias, Sertório Fragoso e António Nicolau, pelo Grupo Anarquista Avante, e ainda pelo pastor Monzes, a alma dos pastores alentejanos.

O Comité logo de manhã foi entregar ao Governador Civil o ofício participando a declaração da greve, como mandava a lei — sempre a lei...! O Governador Civil, Estêvão Pimentel, fora sempre um defensor das classes trabalhadoras e conhecia bem de perto a miséria dos rurais. Contactado pelo Comité de Greve, logo o recebeu. Elias e Joaquim Candieira, já relacionados com Estêvão Pimentel em muitas reuniões anteriores, antes da implantação da República, expuseram a razão da sua presença pedindo-lhe que não mandasse a polícia perturbar a concentração dos trabalhadores e suas reuniões do Rossio de S. Brás.

Depois de quase 1 hora de troca de impressões o Governador Civil declarou ficar assente que a polícia não interviria, nem a Guarda Republicana. Estêvão Pimentel cumpriu a sua palavra, não oprimiu os trabalhadores nem tolheu a sua liberdade de acção.

Durante o 1.º dia de greve, grupos de trabalhadores iam chegando à concentração, discutindo e apreciando o andamento do movimento. Durante a tarde e a noite chegavam ainda delegações de trabalhadores dos seguintes sindicatos: Pavia, Cabeção, Cabrela, Mora, Vila Viçosa, Borba, Estremoz, Montargil, Cuba, Moura, Ficalho, Pedrógão, Mombeja, Serpa, Beja, Aldeia Nova de S. Bento,

Lavre, Baleizão, Barrancos, Coruche e S. Cristóvão. Por telegrama deram a sua adesão à greve: Vila Franca de Xira, Alcácer do Sal, Lisboa-Campo Grande, Benavente, Moita, Montijo, Pinhal Novo, Santiago do Cacém, Sines, Grândola, Ponte de Sôr, Vimieiro, Elvas e Portalegre.

Logo neste primeiro dia fizeram-se reuniões dos sindicatos dos corticeiros, construção civil e artes auxiliares (misto), manufactores de calçado e pedreiros os quais, em apoio aos trabalhadores rurais, proclamaram a greve geral de todas as classes.

No segundo dia de greve, logo de madrugada, os pastores abandonam os gados, deixando-os nos campos à deriva. Seguem o mesmo caminho os moirais de parelhas e moços, assim como os porqueiros e tratadores de bois. É preciso aclarar aqui que, nesta época, não existiam camionetas nem tractores, nem máquinas de ceifar.

Com esta atitude a acção directa é posta em execução e a greve vai tomando um carácter revolucionário. Continuam chegando ao local de concentração mais grupos de trabalhadores. À tarde, tem lugar na praça de touros próxima uma sessão para apreciar o andamento do movimento grevista e marcar aos lavradores um prazo de 3 dias para as suas respostas. Falaram Vital José, José Cebola, que presidia, António Moura, Inocêncio Vermelho e Álvaro Dinis, que se alongaram em considerações sobre o movimento.

Encontrando-se no lado oposto do Rossio um acampamento de mais de mil trabalhadores contratados pelos lavradores para as ceifas, Tiago José Varela apresentou uma proposta para ser nomeada uma comissão para contactar com os mesmos e pô-los ao facto do que se passava. A comissão ficou constituída por Candieira, Joaquim Madeira e António Nicolau. Aqueles trabalhadores migrantes deslocavam-se todos os anos da região de Coimbra, Mangualde, Abiul, etc., contratados pelos lavradores. E a sessão foi, depois, encerrada.

No terceiro dia de greve, uma comissão de trabalhadores com elementos do Comité de Greve percorreu todo o distrito para constatar de vivo o que se passava: os gados continuavam à deriva pelos campos; nos campos e montes apenas se viam crianças e mulheres de idade e homens na mesma situação. Em todas as aldeias e vilas as diferentes classes estavam também em greve. Na cidade tudo corre normalmente chegando ainda algumas comissões de trabalhadores e recebendo-se telegramas de adesão de alguns sindicatos.

À noite é recebido na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais um ofício do sindicato dos lavradores dando uma resposta positiva. A esta reunião dos lavradores assistira Estêvão Pimentel, Governador Civil, que muito contribuiu para a vitória dos grevistas.

No 4.º dia de greve, logo de manhã, a comissão nomeada para contactar os ratinhos (nome porque eram aqui conhecidos os migrantes) conseguiu que estes aderissem à greve, reclamando dos lavradores 20% de aumento do seu contrato.

O Comité de Greve reúne também para apreciar o ofício remetido pelos patrões.

Por outro lado, os gados continuam à solta pelos campos, havendo já algumas searas destruídas.

Às 3 horas da tarde tem lugar a sessão geral dos grevistas presidindo Joaquim Candieira, secretariado por Joaquim Fornalha e Elias Matias do grupo Avante. É lido o ofício do patronado que dizia:

> Exmo. Senhor Presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais de Évora.
>
> Cumpre-me levar ao conhecimento de V. Exa. que o Sindicato Agrícola desta cidade e depois de uma acalorada discussão, aprovou por maioria e integralmente todas as vossas reivindicações.

Na vossa reunião de amanhã estará presente o nosso consócio Sr. Armando Areu, que pessoalmente confirmará esta atitude.

Sem outro assunto.

Saúde e Fraternidade

O Presidente,
ilegível
Évora, 2 Junho 1911

De facto, Armando Areu declarou que vinha ali confirmar pessoalmente a aprovação de todas as reclamações. Depois desta retumbante vitória o entusiasmo é geral, com abraços e vivas à classe dos trabalhadores rurais, à união de todo o proletariado, com abaixos ao capitalismo, aos latifundiários e a toda a opressão.

Falou depois o operário gráfico, Sertório Fragoso que, representando o Grupo Anarquista Avante, reafirmou num prolongado discurso o combate à burguesia e ao capitalismo, demonstrando, com factos, a força e o valor dos trabalhadores quando unidos e coesos e tendo em vista a sua emancipação.

Assim terminou este movimento revolucionário e de força dos trabalhadores rurais e de todas as outras classes que lhes deram a sua adesão, tendo todos regressado às suas localidades.

Algumas Notas:

— A praça de touros encheu completamente pois aqui estiveram reunidos mais de 25.000 trabalhadores.
— Estiveram representados em Évora 57 sindicatos rurais.
— A razão que levou os lavradores a atenderem as reclamações dos trabalhadores deveu-se à acção revolucionária tomada pelos mesmos de largarem os gados à revelia pelos campos, começando já a destruir as searas.
— Deveu-se também à comissão adjunta do Grupo Anarquista de Propaganda Livre Avante, que, à falta de outra organização sindicalista, auxiliou e coordenou todo este extraordinário movimento.
— Podemos afirmar que o Governador Civil Estêvão Pimentel defendeu efectivamente as reivindicações dos trabalhadores e, tanto assim que, em Novembro de 1911, pediu a sua demissão por não concordar com a orientação do governo.

2

ÉVORA: A GREVE GERAL DOS TRABALHADORES RURAIS DE 1912

Ganha a greve de Junho de 1911, os rurais retomam a sua acção organizativa e de propaganda criando novos sindicatos. Assim, em Setembro estavam já constituídos 141 sindicatos rurais.

Esta propaganda era feita por uma comissão de trabalhadores rurais, de que faziam parte Joaquim Candieira, Vital José, José Cebola, Tiago José Varela e Joaquim Fornalha, e ainda por Elias Matias e António Nicolau, do Grupo Anarquista Avante, que montava toda a escrita dos novos sindicatos. Este trabalho de escrituração foi todo executado por este grupo, desde Janeiro de 1911 até Setembro do mesmo ano.

Em Outubro, a pedido da direcção do sindicato de Évora, a Comissão Executiva do Congresso Sindicalista (de Lisboa), destaca para Évora Carlos Rates, como escriturário da respectiva associação.

Em princípios de Dezembro do mesmo ano, os lavradores negam-se a cumprir o contrato colectivo de trabalho aceite após a greve de Junho, motivo porque o sindicato rural convoca uma assembleia geral para apreciar a situação e resolver o caminho a seguir.

Essa assembleia realizou-se em 8 de Dezembro, tendo sido verberada a atitude dos lavradores. Resolve-se então convocar uma reunião magna de todos os sindicatos do distrito.

A 18 realiza-se a dita reunião magna, à qual compareceram delegados de todos os sindicatos convocados.

Posta à discussão a resolução tomada pelos lavradores, falaram sobre ela muitos dos delegados presentes, tendo sido, por último, aprovada por aclamação a greve geral da classe. Foi nomeada uma comissão para estudar e resolver o dia melhor para a declaração da mesma.

Para apreciar esta atitude dos trabalhadores rurais, reuniu o Grupo Anarquista Avante, o qual, em contacto com a comissão dos rurais e Carlos Rates, lhes fez sentir que a greve proposta para 1 de Janeiro de 1912 iria trazer resultados negativos.

No entanto, a greve teve mesmo início em 1 de Janeiro, mas logo contra ela teve dois factores importantes: a chuva, e as prepotências das autoridades. Com um governador civil reaccionário, déspota e militarão à sua frente, as arbitrariedades iriam começar, apesar de já nesse tempo se falar muito em «democracia».

A greve prossegue, mas a chuva também, e passados oito dias o governador civil, Paulino de Andrade, manda encerrar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Évora e prender alguns trabalhadores da cidade e de outras localidades do concelho.

Em virtude desta reaccionária atitude do governador civil, os sindicatos dos operários corticeiros, da construção civil e artes auxiliares, dos manufactores de calçado e dos pedreiros reuniram e declararam a greve geral, em apoio aos trabalhadores rurais. O sindicato dos empregados do comércio declarou-se moralmente ao seu lado, e pronto a poder vir a entrar também em greve.

Não contente, porém, com as arbitrariedades já cometidas, o governador civil proíbe que os trabalhadores rurais se reúnam em qualquer das sedes dos sindicatos existentes na cidade, ordem que não foi atendida.

Vão decorridos 15 dias de greve, cada vez mais apoiada pelo povo, mas a chuva continua a trair os rurais.

Então, o já célebre governador civil Paulino de Andrade dá ordem para serem encerradas as sedes de todos os sindicatos, excepto o da construção civil e artes auxiliares (misto), onde passou a reunir o Comité da Greve e se realizaram algumas sessões.

Este sindicato tinha a sua sede no Largo Severim de Faria, 21, largo sempre repleto de trabalhadores.

Passaram mais de 20 dias, sempre a chover, quando o governador civil, não satisfeito com os actos já cometidos, manda a guarda republicana cercar o referido largo, para que o mesmo fosse evacuado. Como os trabalhadores protestassem, foi sobre eles feito fogo e um trabalhador caiu varado pelas balas. As paredes em volta ficaram cravadas de buracos produzidos pelos disparos.

Em todo o distrito de Évora, em Beja, é declarada a greve de todas as classes, em solidariedade para com os trabalhadores rurais.

São presos mais trabalhadores, que seguem para Lisboa e que mais tarde, na sua maioria, serão deportados para as colónias.

A luta torna-se agora mais directamente contra o governador civil Paulino de Andrade e contra o governo, em Lisboa, governo democrático com 13 meses de República que tantas arbitrariedades tem cometido contra a massa trabalhadora que tão ingenuamente o colocou no poder.

O tempo, entretanto, continua a favor dos lavradores, chovendo continuamente e dificultando o prosseguimento da luta dos trabalhadores.

Estamos a terminar Janeiro e o movimento estende-se a Lisboa e outras terras do país. A Comissão Executiva do Congresso Sindicalista proclama a greve geral em Lisboa, a qual se alarga a Setúbal, Seixal, Montijo, Barreiro, Moita, Vila Franca de Xira e outras localidades. Pode afirmar-se que, durante os dias 29 e 30, Lisboa e arredores estiveram completamente paralizados, nas mãos dos trabalhadores.

O governo, evidentemente apavorado com tal situação, promete à comissão da greve que mandará imediatamente reabrir os sindicatos e pôr em liberdade todos os presos, o que cumpriu.

Nomeada uma comissão para vir a Évora verificar se as afirmações do governo eram verdadeiras, essa comissão é presa e a Casa Sindical (situada na Rua do Século, no edificio que pertencera ao Marquês de Pombal), onde se encontravam mais de 700 trabalhadores, homens e mulheres, é cercada pela guarda republicana fortemente armada de metralhadoras. Centenas de operários são presos e conduzidos para o Arsenal da Marinha, e depois para o navio «Pêro de Alenquer», que estava ao largo.

A Casa Sindical, de Lisboa, ficou também encerrada.

Com esta traição do governo e todas as vilanias cometidas contra os trabalhadores, acabou a greve em Lisboa e arredores, que o governo não venceu, mas sim esmagou com a casta militarista, tendo ficado bem demonstrado o valor e coração dos trabalhadores.

Em Évora, apesar da chuva, que permanecia, os rurais continuavam ainda a greve quando foi conhecida a acção torpe e mentirosa do governo democrático, em 31 de Janeiro.

Mandada também encerrar pelo militarista Paulino de Andrade a sede do sindicato da construção civil, a única que se encontrava aberta, os grevistas e o povo não-grevista vão reunir-se no Rossio de S. Brás.

É lida uma moção de protesto e nomeada uma comissão de trabalhadores constituída por Joaquim Candieira, rural, Elias Matias, pelos manufactores de calçado, Pompeu Ferreira, pelos pedreiros, Celestino do Vale, pelos caixeiros, António Nicolau, pelo Grupo Avante, e ainda por Domingos Mautempo, do sindicato da construção civil, e pelo corticeiro Manuel Moura.

E toda aquela mole imensa de grevistas e de povo não-grevista se dirige para o governo civil, num unissono protesto, gritando «abaixo o governo!» e «fora o governador civil!».

Este nega-se a receber a comissão e toma então a palavra o rural José Cebola que energicamente protesta contra os actos cometidos por Paulino de Andrade, pondo-os em paralelo com a forma imparcial mantida pelo ex-governador civil Estêvão Pimentel na grave de Junho de 1911, onde nem a polícia apareceu.

Quando José Cebola acabava de lavrar o seu protesto e era aplaudido por todos os presentes, um enorme contingente da guarda republicana obriga os trabalhadores a dispersarem, o que eles fazem, mas sempre gritando «viva a greve!», «viva a união dos proletários!», «viva a emancipação dos trabalhadores!» e «viva a revolução social!».

Eis, pois, como terminou esta greve que, se tem sido declarada 4 meses depois, teria sido concluída por uma vitória esmagadora dos rurais.

Em Portalegre, haviam reunido em 20 de Janeiro os trabalhadores daquela região, decidindo continuar o movimento grevista e aprovando por aclamação uma moção para ser entregue ao governador civil do distrito. Seguiu-se uma grandiosa manifestação de protesto contra a forma como o governador civil de Évora estava agindo, prendendo trabalhadores e encerrando sindicatos. A moção foi entregue e enviado telegramas ao governo.

No decorrer desta manifestação foram presos os trabalhadores Gervásio Augusto Madeira, António Teixeira, Manuel Esquetim, Carlos Pereira Ramos, Joaquim Maria Carrapiço, Antonio Soares, Francisco Cacebinha e Domingos Baptista, os quais, tendo permanecido presos até 16 de Maio, dia do julgamento, foram postos em liberdade em virtude do decreto de amnistia de 14 de Maio de 1912.

Em Beja, por seu lado, haviam reunido em sessão pública os trabalhadores daquela região, em 18 de Janeiro, tendo então aprovado a continuação da greve e protestado contra a atitude do governador civil de Évora, encerrando sindicatos e prendendo trabalhadores.

Mais algumas notas:

— A chuva ainda continuou, e só depois de decorridos 7 dias os trabalhadores puderam voltar ao trabalho.

— Os trabalhadores presos seguiram para Lisboa e, conjuntamente com os de Lisboa, foram depois para o Forte da Graça,em Elvas, enquanto alguns eram deportados para as colónias.

— Os sindicatos continuaram encerrados, tendo sido nomeada uma comissão constituída por delegados de todos eles para estudar o caminho a seguir, em virtude de tal situação. Esta comissão resolveu arrendar uma casa na Rua da Freiria de Cima, 21, em boas condições, instalando ali todos os sindicatos. Estava assim criada a Casa Sindical, de Évora.

— Só em Março os sindicatos foram reabertos, mantendo-se porém as prisões.

— Na greve de solidariedade para com os rurais, apenas um sindicato alentejano não aderiu: foi o de Barbacena (sindicato misto), que até acusou os rurais de Évora de «reaccionários»!

3

DESFAZENDO ALGUMAS CONFUSÕES

Mas o movimento dos trabalhadores rurais não pára. Ele vai continuar com maior força, fortalecendo um seu sector de luta com a criação de mais sindicatos e a preparação do seu 1.º congresso.

Em Abril de 1912 a Comissão Executiva do Congresso Sindicalista nomeia uma comissão da qual fazem parte Evaristo Marques Esteves, Manuel da Conceição Afonso, António Henriques, Jerónimo de Sousa e Rosendo José Viana para, em conjunto com a comissão dos rurais, percorrer o Alentejo para ali criar mais sindicatos rurais e fazer sessões naqueles já existentes.

A comissão dos rurais era composta por José Cebola, Joaquim Candieira, Vital José, Tiago José Varela, Jesuíno Madeira, António Marcelino, Joaquim Fornalha e Elias Matias, que alternadamente acompanhavam a comissão.

Esta comissão dá por findos os seus trabalhos em Junho, depois de terem percorrido o Baixo Alentejo e Estremadura, sempre com grande êxito na propaganda difundida e na criação de mais alguns sindicatos.

A propósito da vinda para o Alentejo dos delegados na Comissão Executiva do Congresso Sindicalista, lê-se na pág. 29 do livro de António Ventura *O Sindicalismo no Alentejo:* «Foram mandados delegados directos às reuniões *das poucas Associações de camponeses que a essa data existiam* promovendo a seguir a fundação de muitas no sul do país, sobretudo Alentejo» (itálico nosso). *

---

*– De facto, quem faz esta afirmação é Alexandre Vieira in *Almanaque de «A Batalha» para 1926.*

Esta afirmação carece que lhe façamos uma referência, colocando o assunto no seu verdadeiro lugar, e para isso lembramos aquela frase de Goeth, «a verdade nunca pode ser nociva». Senão vejamos:

Transcrevemos os nomes dos sindicatos já existentes, antes do início da propaganda daqueles delegados, segundo os seus relatórios e a sua ordem: Montemor-o--Novo, Escoural, Ferreira do Alentejo, Sines, S. Tiago de Cacém, Santo André, Escatalares, S. Domingos, Odemira, Aljustrel, Ervidel, Safára, Póvoa, Serpa, Santo Aleixo, Salvadas, Moura, Amareleja, Azaruja, Vale de Pereiro, Egrejinha, Arraiolos, Évora Monte, Vimeiro, S. Miguel de Machede, Redondo, Monte Trigo, Amieira, Ponte de Sôr, Torre dos Coelheiros, Portel, Estremoz, Terrugem, Vila Boim, Elvas, S. Vicente, Barbacena, Santa Eulália, Arronches, Portalegre, Castelo de Vide, Vila do Cano, Casa Branca do Cano, S. Manços, Coruche, Salvaterra de Magos e Alpiarça.

Temos assim 48 sindicatos, visitados e já em funcionamento, que não eram «dos poucos existentes».

Mas existiam, já nessa altura, mais os seguintes sindicatos: Machede, Graça do Divor, Viano do Alentejo, Alcácer do Sal, Grândola, Reguengos, Vendinha, Alcáçovas, Vendas Novas, Cabrela, Aguiar, Mourão, S. Pedro do Coval, Aldeia do Mato, Boa fé, Cabeção, Pavia, Torrão, Vilalva, Cuba, Beja, Vila do Conde, Granja, Alpalhão, Vila de Frades, Odivelas, Mombeja, Pero Guarda, Cercal do Alentejo, Brinches, Vidigueira, Terena, Pias, Aldeia Nova de S. Bento, Pedrógão, Ficalho, Baleizão, Messines, Valongo, Nisa, Campo Maior, Aviz, Alter do Chão, Montargil e Fundão. Isto é, aos 48 iniciais, juntam-se mais 46, num total de 94 sindicatos.

Os sindicatos fundados por aquela delegação enviada de Lisboa foram apenas os de Cercal e Juromenha.

Todos os sindicatos acima referidos foram, de facto, fundados por trabalhadores rurais coadjuvados por elementos do Grupo Anarquista Avante, nomeadamente Sertório Fragoso e Elias Matias. A eles se deveu a montagem da escrita e preparação de estatutos de todas estas associações.

Mas ainda noutro livro de António Ventura, agora *Subsídios para a História do Movimento Sindical Rural no Alto Alentejo*, encontramos na pág. 181: «como o atesta o facto de em Julho de 1917 haver apenas quatro sindicatos aderentes à Federação», que seriam Montemor-o-Novo, Évora, Escoural e Odemira. *

Não é também exacta tal afirmação, embora alguns sindicatos tivessem abandonado a Federação, em virtude da propaganda que, a partir de 1917, quando foi conhecida a Revolução Russa, começou a ser feita por elementos dissidentes.

Nunca a Federação Rural se viu assim reduzida a quatro sindicatos! Nessa altura ela contava com mais de 30, na sua maioria do distrito de Évora. E em 1918 voltaram ao convívio da Federação muitos daqueles que a haviam antes abandonado.

Assim é que está certo.

Um pouco mais tarde, Carlos Rates, que conhecia muito bem a psicologia dos rurais, e António e José Baltazar, já aderentes aos comunismo, estiveram em muitos sindicatos rurais do distrito de Évora, fazendo propaganda divisionista, mas nada conseguiram, como não o conseguiram em Évora.

Também em Évora estiveram José de Sousa e António Monteiro, com o mesmo fim, mas tiveram a mesma sorte.

A organização rural manteve sempre a sua coesão ao movimento sindicalista revolucionário e à sua Federação Rural.

---

*– A.V. baseia-se, segundo nota explicativa, na fonte *O Movimento Operário*, n.º 3, 1917.

Tendo participado, como militante sindicalista, no movimento sindical e na propaganda do sindicalismo revolucionário desde 1911, não posso deixar de me insurgir pelo que António Ventura diz, ainda no seu livro *Subsídios para a História do Movimento Sindical Rural no Alto Alentejo*, a pág. 43.

Depois de pôr em foco, em forma de elogio, a actuação de Ferreira Quartel no movimento rural (no que estamos de acordo), cita o facto de, já como comunista, ter sido nomeado delegado pelo sindicato rural de Coruche ao Congresso Nacional Operário da Covilhã, onde defendeu as teses da Internacional Sindical Vermelha «tendo uma forte polémica com Joaquim Candieira e Vital José, seus antigos companheiros de luta, *então donos e senhores da moribunda Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais*» (itálico nosso).

Nós que a conhecemos desde a sua criação, por fora e por dentro, e que nos últimos anos da sua existência tivemos a nosso cargo toda a sua escrita, nunca vimos que Candieira e Vital se arvorassem em «donos e senhores da Federação», como António Ventura os designa.

Também a Federação nunca esteve «moribunda» nem em estado de coma, antes pelo contrário, bem viva, lutando e reagindo contra os seus detractores, numa posição enérgica e revolucionária ao lado da C.G.T.

É grave aquela afirmação, que pretende diminuir o carácter e o valor de dois dos militantes mais activos no movimento dos trabalhadores rurais, tendo sido até Joaquim Candieira o seu verdadeiro iniciador, em 1910.

Queremos ainda levar ao conhecimento dos leitores o facto de que, a Joaquim Candieira, lhe foi retirada uma pequena pensão que lhe havia sido atribuída quando fizera o seu serviço militar em África, por lesões ali contraídas, e tudo isto pela sua acção em prol do movimento dos trabalhadores rurais. Acabou a vender lotaria — o que ele condenava — porque ninguém lhe dava trabalho.

Notas breves:

— Trabalhadores rurais conhecidos que aderiram à Internacional Sindical Vermelha, foram apenas três: Ferreira Quartel (de Coruche) e José e António Baltazar (de S. Miguel de Machede).
— Sindicatos pró-I.S.V.: Coruche, Beja, Val de Vargo.

4

OS CONGRESSOS RURAIS

Perdida a greve de Janeiro de 1912 pelos factos já relatados em anterior capítulo, a luta dos trabalhadores rurais alentejanos não ficou, no entanto, comprometida.

Fora apenas perdida uma batalha, pela acção anti-social e as arbitrariedades cometidas por um governo que se afirmava democrático mas que, de facto, era reaccionário, mandando encerrar sindicatos, prendendo e deportando trabalhadores sem culpa formada, actos em que participou também o então governador civil de Évora, o capitão Paulino de Andrade, militarão e retrógrado.

Mas por tudo o que se havia passado e ainda para demonstrar que os trabalhadores não haviam vergado e ficado tementes da atitude do governo republicano, logo no mês de Março de 1912 as direcções dos outros sindicatos encerrados conseguem, após muitos trabalhos, arrendar uma casa na Rua da Freiria de Cima, 21, criando ali a Casa Sindical de Évora.

A propaganda e a actividade organizativa dos rurais continuou, pois, e quando os sindicatos foram reabertos, estava já organizado o seu primeiro congresso, que se realizou em Évora nos dias 25 e 26 de Agosto de 1912, na Casa Sindical, e foi um passo importante na consolidação do sindicalismo revolucionário.

Estiveram presentes 39 sindicatos, tendo dado ainda a sua adesão, por meio de ofícios, mais 9, que por razões várias não podiam enviar delegados.

Nas 4 sessões foram tratados e aprovados diferentes trabalhos de interesse para os trabalhadores rurais, nomeadamente a criação da sua Federação Rural, da qual em seguida veio a ser nomeado secretário-geral Joaquim José Candieira. Daqui também se seguiu a criação do jornal *O Trabalhador Rural*, sujo primeiro número saiu em 1 de Dezembro desse mesmo ano, tendo como director Diogo Bernardes. Foram ainda aprovados e enviados telegramas de saudação a toda a imprensa operária e à Comissão Executiva do Congresso Sindicalista *.

× × ×

O 2.º Congresso dos trabalhadores rurais teve lugar, também em Évora, nos dias 5, 6 e 7 de Abril de 1913. Tal como o anterior, realizou-se nas salas da Casa Sindical.

Responderam à chamada 68 sindicatos, representados por 132 delegados.

Nos três dias do congresso realizaram-se 6 sessões onde foram tratados assuntos de muito interesse para os rurais, tais como o parecer sobre tabelas de horários de trabalho e de salários que, depois de prolongada discussão, foram aprovados.

É lido também um projecto de lei sobre incultos, de Machado Santos, o qual é finalmente aprovado, mas apenas na parte que diz respeito aos terrenos incultos.

É finalmente votado o parecer sobre a greve geral corporativa, a realizar no futuro. Mas tendo sido conhecida a prisão de José Cebola, Diogo Bernardes e outros camaradas, foi decidido paralizar o trabalho por 24 horas no dia 2 de Junho, como protesto.

Foram igualmente recebidos vários telegramas de saudações de organismos operários.

---

*– Os documentos referentes a este congresso encontram-se acessíveis no livro de António Ventura *Subsídios para a História do Movimento Sindical Rural no Alto Alentejo* (1910-1914), Lisboa, Seara Nova, 1976, o qual foi buscar todas as informações ao jornal *O Sindicalista*, da época.

Encerrado o congresso, a compacta multidão que assistia ao mesmo irrompeu com «vivas» à emancipação social, ao proletariado mundial, ao sindicalismo revolucionário e à revolução social.

O discurso de abertura havia sido proferido pelo trabalhador do sindicato de Montoito, João Fernandes Frade, e, nos intervalos das sessões, realizaram-se várias conferências, feitas por convidados.

Ficou nomeado secretário-geral da FNTR o camarada José Cebola *.

× × ×

O 3.º Congresso dos Trabalhadores Rurais teve lugar em Lisboa, em 31 de Março e 1 de Abril de 1918.

Estiveram representados 22 sindicatos, por 44 delegados.

Depois de ter sido aprovado o relatório e contas da Comissão Administrativa da Federação Rural e introduzidas alterações nos seus Estatutos, a principal tese discutida apaixonadamente pelo congresso foi sobre «Intensificação agrícola». As conclusões da tese acabaram por ser inteiramente refundidas, de acordo com a orientação sindicalista revolucionária, sendo repudiada a presença de dois operários em representação do ministro das subsistências.

O congresso terminou com uma saudação à U.O.N., que estava representada por Alexandre Vieira **.

---

* – Tal como para o 1.º congresso, os documentos deste 2.º congresso rural estão disponíveis no livro de António Ventura acima referenciado. Ao tempo, os jornais *A Aurora*, do Porto (13.4.1913) e *O Sindicalista*, de Lisboa (20.4.1913), inseriram completos relatos.

** O relato deste congresso foi feito no jornal *A Aurora*, do Porto, de 21.4.1918. Inicialmente marcado para Setembro de 1914, o 3.º congresso foi sendo sucessivamente adiado por motivo da repressão sobre os militantes rurais e da guerra iniciada no Verão de 1914, acabando por realizar-se já em pleno regime sidonista.

× × ×

O 4.º Congresso Rural realizou-se em Beja, nos dias 15 e 16 de Março de 1920, na sala do Montepio Artístico Bejense.

Estiveram presentes 35 delegados directos, representando 17 associações rurais.

Na primeira sessão discutiu-se a tese «Organização sindical» que preconizava a estruturação de sindicatos por concelhos, tendo sido aprovada.

Na segunda sessão, no dia 16, debateu-se a tese «A socialização da propriedade agrária e a organização do trabalho». António Silva, do sindicato de Évora, para demonstrar que os donos da terra são quem tudo lucra, apresentou um estudo feito pelo Conselho Técnico do seu sindicato sobre a cultura do trigo, batata, etc., frizando o facto de que a terra de batatal fica preparada para outras culturas no mesmo ano, sendo portanto o lucro dos proprietários ainda maior. Com isto demonstrou que a vida é cara, apenas porque assim o querem os proprietários e governantes. O congresso aprovou a tese em discussão.

Foi ainda discutida a tese «A produção agrícola no novo regime social», que foi aprovada à unanimidade, bem como proposta do delegado Tormenta e recomendado o seu estudo pelos sindicatos rurais.

Na última sessão, grande aparato de tropas da guarda republicana, a cavalo e a pé, fez excitar os ânimos dos congressistas, ao pretenderem impedir a entrada na sala aos menores de 20 anos. Após um voto de protesto aprovado por aclamação, é igualmente aprovada uma moção do delegado António Silva reclamando que, na lei das 8 horas de trabalho, sejam incluidos os rurais.

O delegado António Tomás apresentou também uma moção para que os trabalhadores rurais fossem incluidos na lei dos acidentes de trabalho. Tal como a anterior, é aprovada.

A assembleia protestou ainda contra o encerramento do sindicato de Benavila.

Finalmente, é nomeada a nova Comissão Administrativa, continuando Joaquim Candieira como secretário-geral da Federação.

E o congresso veio a terminar com uma intervenção de Manuel Joaquim de Sousa, representando a C.G.T., e outra de Gonçalves Correia, o qual, embora não sendo assalariado, felicitou o congresso pelos seus trabalhos e discursou sobre a justiça e fraternidade futuras *.

Aprovadas saudações à *A Batalha*, a toda a imprensa operária e à organização operária mundial **.

× × ×

Em 16 e 17 de Dezembro de 1922 teve lugar na cidade de Évora o 5.º Congresso Rural, com a participação de 37 sindicatos, representados por 55 delegados directos.

Foram discutidas e aprovadas teses relativas à «Socialização da propriedade agrária e a organização do trabalho», «A terra e a sua cultura» e «A mulher e os menores na indústria rural».

Produziram ainda intervenções, muito apreciadas, Mário Castelhano, em nome da Federação Ferroviária, e Santos Arranha, pela C.G.T.. Gonçalves Correia proferiu uma memorável conferência intitulada *A Felicidade de Todos os Seres na Sociedade Futura*, no Teatro Garcia de Resende.

---

*– Gonçalves Correia foi um incansável propagandista anarquista, especialmente virado para os ensaios comunitários no meio rural. Ver a sua biografia, por Francisco Quintal, *A Ideia*, Lisboa, n.º 20-21, Abril 1981, pp. 101-105.

**– Sobre o 4.º congresso rural, podem encontrar-se no jornal *A Batalha*, de Lisboa, as teses e os relatos das sessões, em especial nos números publicados em 11 de Fevereiro, 17, 18 e 19 de Março de 1920.

Foram também aprovadas moções exigindo a expropriação dos terrenos incultos (apresentada pelo sindicato do Montijo) e outra, apresentada por Francisco Cascalho, onde se dizia que «considerando que só aos trabalhadores compete agir para a conquista da sua emancipação moral, económica e social» os trabalhadores rurais resolvem «não confiar jamais na acção dos governos».

Resolve-se que o próximo congresso federal tenha lugar em Santarém e é nomeada a nova Comissão Administrativa, tendo Vital José como secretário-geral.

Encerrou-se o congresso, como sempre, em ambiente entusiástico, com «vivas» à organização sindical, à *A Batalha*: e a toda a imprensa operária. Como escreveu o repórter d'*A Batalha*: «Os rurais foram ao seu congresso para trabalhar — e trabalharam»*.

× × ×

O 6.º e último Congresso dos Trabalhadores Rurais teve lugar em Santarém, nos dias 20, 21 e 22 de Setembro de 1925, na sede do Grémio Recreativo Operário.

Presentes 30 sindicatos, representados por 25 delegados. Posteriormente, foi impugnada a delegação do sindicato de Alvalade (Sado) e retiraram-se as de Coruche e de Val de Vargo.

O congresso aprovou uma tese sobre «As mulheres e os menores na indústria», e outra sobre a «Socialização da propriedade». Em contrapartida, foi recusada uma sobre a «questão dos foros».

Na última sessão, falaram também Manuel da Silva Campos, pela CGT, e Armando Borghi, militante italiano que representava a A.I.T..

Quirino José ficou designado como secretário-geral da Comissão Administrativa da Federação Rural **.

× × ×

---

*– As reportagens sobre este congresso foram publicadas no jornal *A Batalha* de 17, 19 e 20 de Dezembro de 1922.

**– Para acesso às teses propostas e aos relatos dos trabalhos do 6.º congresso, ver *A Batalha*, em especial os números publicados em 21, 22, 23 e 25 de Agosto, e 22, 23 e 24 de Setembro de 1925.

5

A LUTA DOS TRABALHADORES RURAIS CONTINUA!

Desde 1922, a cisão aberta na C.G.T. pelos sindicatos pro-Internacional Sindical Vermelha (como os arsenalistas de marinha e exército) veio criar novos problemas. Porém a grande maioria dos sindicatos não aprovaram tal caminho. A Federação Rural foi igualmente daquelas que mais resistiu contra a cisão, acompanhando até final a C.G.T. na sua orientação sindicalista revolucionária *.

Só em 1933, quando Salazar criou o Estado Corporativo, mandando encerrar todos os sindicatos e federações que não aceitassem essa organização, a luta fraquejou, dada a violência cega que se abateu sobre a organização sindical livre.

Da organização rural, como já assinalámos noutro ponto deste nosso trabalho, apenas 3 sindicatos abandonaram a orientação seguida pela sua federação: os sindicatos de Coruche, Beja e Val de Vargo. E dos militantes rurais mais conhecidos, somente Manuel Ferreira Quartel, de Coruche, e os irmãos António e José Baltazar, de S. Miguel de Machede, deram publicamente a sua adesão ao partido comunista.

---

* – Para o período de 1929-30, o jornal *Vanguarda Operária*, do Porto, inclui algumas informações dos trabalhadores rurais, designadamente da Comissão Nacional de Relações, Estudo e Defesa Rural, organismo que encapotadamente fazia o papel da antiga Federação Rural. *A Batalha*, II série, n.º 12, de 29.11.1930 insere o relato de uma conferência rural, em Évora, realizada por iniciativa daquele organismo no dia 22 de Novembro, com a presença de delegados directos de 17 sindicatos.

Foram os 48 anos da ditadura salazarista que, a pouco e pouco, fizeram desaparecer os militantes sindicalistas e a sua influência. Deste apagamento beneficiaram os comunistas que, depois do 25 de Abril de 1974, tentaram levar os trabalhadores rurais alentejanos para o caminho da ditadura do proletariado — tão nefasta como aquela que sofremos durante meio século.

Para finalizar incluo este soneto publicado em 1913 n'*O Trabalhador Rural* **:

Um dia no colégio o fero professor
Pergunta-me a lição, nuns modos destemidos;
Se eu era Patriota e se amava co'ardor
A Pátria de Camões, de Feitos não squecidos.

Respondo sem demora em tom desprezador
Fitando aquele algoz, d'instintos denegridos;
Eu, Pátria não conheço, e, saiba-o bem senhor,
Que não conhecem tal os tristes Oprimidos...

A Pátria representa o negro Capital,
Coberto d'ambição, nas mãos dos Poderosos
Que em gana de Roubar pratica todo o mal

Matando e saqueando em gestos revoltosos
Que sem direito algum, arranca, qual chacal,
Dos braços dos seus Pais, os filhos stremosos!

Júlio Sereno

**– N.º 6, Maio 1913.

A luta dos rurais alentejanos do tempo da primeira república deve ser ainda hoje um exemplo a apontar.

O grande movimento de 1911, em que se pôs em prática a greve revolucionária e a acção directa não foi até agora devidamente divulgado nem é conhecido pela grande maioria dos trabalhadores. A sua história ficou por fazer, pois nem Alexandre Vieira dele nos fala no seu livro *Para a História do Sindicalismo em Portugal*, nem António Ventura nos seus livros *Subsídios para a História do Movimento Sindical Rural no Alto Alentejo (1910-1914)*, (quando esta greve foi em 1911) e *O Sindicalismo no Alentejo* tão-pouco o faz.

O Grupo Anarquista de Propaganda Livre Avante!, que tanto contribuiu para o desenvolvimento da organização entre os rurais, havia sido criado em 1908, tinha a sua sede na Rua do Alfeirão, n.º 1, em Évora, e combateu para o derrube da monarquia, naquela cidade. Em Fevereiro de 1909 publicou o primeiro número do seu jornal *Avante!*

O Grupo foi constiutído pelos seguintes fundadores: Sertório Fragoso, Francisco Direitinho e Possidónio Mesquita, tipógrafos; Elias Matias, Manuel Prates e Fernando Cordeiro, manufactores de calçado; Celestino do Vale, Sebastião Anes e Jerónimo Santos, empregados do comércio; António Nicolau e Álvaro Dinis, corticeiros; e António Pascoal, estudante.

Também fez parte deste Grupo, João Camoesas, que mais tarde aderiu ao partido republicano e depois se exilou nos Estados Unidos da América, quando veio a ditadura. É de sua autoria o soneto que publicou no nosso jornal *Avante!*, que reproduzimos, e com o qual terminamos este nosso trabalho *.

---

*- N.º 2, 15 de Fevereiro de 1909.

Oh almas sonhadoras!... Oh almas de criança!...
Que ides p'lo mundo em fora em estos de heroismo
pregando o bem supremo, pregando o Anarquismo,
sem que vos falte a fé, vos abandone a Esp'rança;

Oh almas que sonhais c'um mundo todo amor
e feito só de paz e todo d'equidade...
que vos sacrificais em prol da humanidade,
que confundis o Egoismo, enchendo-o de pavor;

Eu, vos admiro e louvo e venero e bendigo!...
E a vossa fé sem par, a vossa fé vibrante
enérgica e viril como a d'um heroi antigo,

me domina e seduz, tentadora, empolgante,
de forma tal, que julgo ouvir bradar comigo
a humanidade inteira: amigos meus... Avante!!!

Évora, Setembro de 1982

Saúde e liberdade!

Elias Matias

ANEXO I

SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS

Levantamento dos sindicatos de trabalhadores rurais que foram criados após a implantação da República, realizado pelo autor.

TOTAL DOS SINDICATOS

Évora	51
Beja	52
Portalegre	40
Fora do Alentejo	20
Total	163

ANEXO II

O GRUPO «AVANTE!»

Editorial do n.º 1 (de 1 de Fevereiro de 1909) do jornal *Avante!*, propriedade da Biblioteca do Grupo de Propaganda Livre, tendo como redactor Francisco Direitinho e administrador Sertório Augusto Fragoso e com sede na Rua de Santa Clara, 11, em Évora:

AVANTE!...

O Grupo de Propaganda Livre ao lançar à publicidade esta folha, não tem em vista, mais do que contribuir para o bem estar da Humanidade, conduzindo a todos à felicidade commum.

Tendo a nossa iniciativa o fim único de concorrer para a libertação de todo o proletariado em geral; conglobaremos n'esta folha as doutrinas e ensinamentos dos apostolos do Ideal Libertário, para que assim, expostas por toda a parte, por todos os recantos do globo terrestre, enfim; essas ideias possam ser apreciadas, estudadas e conscientemente discutidas.

Para nós e certamente para todos os que se interessam pela causa dos opprimidos, ser-nos-ha satisfatório o vermo-nos auxiliados por todos os que se interessam pelas luctas sociaes para assim travarmos a lucta em que todo o proletariado consciente anda empenhado, e assim faremos alguma coisa de pratico e de util para todos.

Queremos todavia informar que aqui trabalham na maioria operários, e por isso na parte que diz respeito a forma litteraria ou correção de escrita desculpar-nos-hão de certo aquelles que nos lerem.

Sendo as nossas aspirações livres, respeitaremos toda a forma ortographica em que os originaes nos sejam enviados.

Avante! a lucta está encetada e o calôr que nos anima ao dar publicidade ao nosso jornal; será sempre o mesmo, embora por momentos moderados; o que sempre succede.

Torna-se necessária uma boa e sã propaganda entre os camponezes e essa será a nossa missão. Instruir mas Revoltar.

Tendo em mira de que uns render-nos-hão justiça, outros guerra sem tréguas, nós saudamos toda a imprensa operária e todo o proletariado em geral:

Avante! pelo futuro bem estar da Humanidade!
Avante! pela Revolução Social.

O GRUPO DE PROPAGANDA LIVRE.

ANEXO III

A GREVE DE JANEIRO DE 1912

Despachos enviados por Elias Matias, sob pseudónimo de «Marti», para o jornal *O Sindicalista*, de Lisboa (21 de Janeiro de 1912), igualmente reproduzidos no jornal *A Aurora*, do Porto (de 28 de Janeiro):

ÉVORA, 15, — Hoje, pelas 21 horas, reuniram na sede da Associação dos Corticeiros todas as Associações desta cidade, sendo proclamada a greve geral de todas as classes.

As prizões são numerozissimas, subindo jáa cêrca de 50.

A è geral em todo o distrito, pois a ela teem aderido quazi todas as classes.

Os trabalhadores ruraes teem reunido no campo e devem entrar aqui ámanha. Encontram-se acampados mais de 10:000.

Seguiram mais 6 camaradas para Lisboa — **MARTI.**

É ENCERRADO O SINDICATO DOS CORTICEIROS

ÉVORA, 16 — Às 11 horas da manhã reunimo-nos na Associação dos Corticeiros, onde momentos depois compareceu a autoridade para encerrar a mesma Associação. O povo, que era em grande quantidade, saiu, mas depois da força se retirar, e dirigiu-se para a Associação da Construção Civil, onde estamos reunidos.

ÉVORA, 17 — Teem chegado grupos de trabalhadores de diferentes localidades.

ACTOS DE CANIBALISMO E A MARCHA DA GREVE

ÉVORA, 17 — O capitão Silva Reis, que comandava uma força que foi de encontro a um grupo de trabalhadores que vinha de S. Manços, mandou desembainhar as espadas e acutilar o povo, sendo èle o único que acutilou três camaradas, um dos quaes ficou gravemente ferido. Na furia do ataque, o capitão decepou um dedo a um aspirante!

Acaba de entrar mais um grupo de mais de 2:000 trabalhadores, vindo umas 100 mulheres à frente.

Há mais seis prizões.

O entusiasmo è enorme — **MARTI.**

Despachos de Elias Matias («Marti») publicados numa edição d'*O Sindicalista* (de 26 de Janeiro de 1912):

ÉVORA 23 — Não posso ainda hoje, como era meu dezejo, descrever aos leitores d'*O Sindicalista* o que tem sido o grandiozo movimento do proletariado deste distrito.

No entanto, nas considerações que passo a fazer, sem ezageros, nem fantazias, os trabalhadores de todo o mundo terão ocazião de apreciar a fórma estupida e reacionaria como as autoridades da republica tratam aqueles que outrora lhe serviram de degraus para subirem.

Já demonstrei no numero anterior o procedimento arbitrario do governador civil e do administrador do concelho, o que não basta, pois que da mesma fórma teem continuado nas suas perseguições.

Temos acompanhado este movimento, mas, com magua o dizemos, que discordamos por completo de algumas artimanhas que vários politicos teem querido introduzir na solução da greve. Não o teem conseguido, é verdade, mas isso se deve à altivez e coragem com que alguns camaradas as teem combatido.

O nosso dezejo era ver desde principio como hoje já vemos uma orientação puramente sindicalista.

Ha doze dias que nos encontramos em luta e neste periodo (que não é pequeno) só temos sido provocados pela força armada à ordem dos vilões burguezes, com quem o governador civil está de braço dado.

Ás reclamações dos trabalhadores ainda até hoje niuguem respondeu se não com a força armada.

Maś deixemos, por hoje, as nossas considerações, porque o espaço falta, e o tempo escaceia, e passemos a dar em estilo telegrafico as noticias do que de mais importante se tem passado; 20:000 camaradas se encontram hoje em greve só neste concelho, pois não falamos no distrito, porque então seriam mais de 50:000.

As adezões recebidas até a data em que escrevo são as seguintes: Corticeiros de Extremoz, de Viana do Alemtejo, de Azaruja e de Vendas Novas: ruraes de Beja, Moita do Ribatejo, Canha, Redondo, Reguengos e Aldeia do Mato; Comissão Ezecutiva do Congresso Sindicalista e União Local de Lisboa, etc., etc...

Os ruraes em gréve são até hoje os das seguintes localidades deste concelho, encontrando-se tambem quasi de todo paralisadas as outras industrias: Azaruja, S. Manços, S. Miguel de Machede, Escoural, Montemór-o-Novo, Egrejinha, Arraiolos, Val de Pereiro, Evora-Monte, Torre de Cacilheiros, Monte Trigo, Montoito, Vendinha, Viana do Alemtejo, Extremoz, Vendas Novas, Graça do Divor, etc...

— Lá foi para Lisboa mais um camarada preso, de S. Manços, António Pedro, que foi ferido pelo capitão Silva Reis, n'uma das maôs.

— Diferentes comissões teem procurado o governador civil para que ele mande chamar os lavradores, abrir as associações e pôr em liberdade todos os presos, mas obteem sempre como resposta que retomem todos o

trabalho e que êle depois resolve o assunto a bem de todos. Expostas estas considerações à grande assembléa, ela tem resolvido não retomar o trabalho sem que todas as suas reclamações sejam atendidas.

— Ha seis dias que a associação dos ruraes e outras aqui reunidas, teem distribuido pelos grévistas mais necessitados, pão, queijo, etc...

— Os grevistas manteem-se serenamente e na espétativa. Durante estes dias teem-se realisado algumas sessões em que as comissões dão contas dos seus trabalhos.

— As mulheres em gréve são já mais de 600.

— Um lavrador de Montemór — canalha! — ofereceu a um camarada 5.000 réis para abandonar a gréve. Ele aceitou e repartiu pelos seus camaradas, continuando em luta — **MARTI.**

—

ÉVORA, 24 — No comboio das 22 chegaram a esta cidade, no dia 22, os camaradas Carlos Rates, Antonio Henriques, Rozendo Viana e Alfredo de Matos, respétivamente delegados da Comissão Ezecutiva e União Local.

No dia 23 realizou-se uma gradioza reunião, onde estes camaradas expuzeram em frazes eloquentes a sua maneira de vêr sobre o movimento.

A's 4 horas fômos para a estação, sendo os nossos camaradas acompanhados por mais de 10:000 camaradas de todas as classes.

Carlos Rates sóbe então acima duma barrica e, num breve discurso, saúda a classe trabalhadora do distrito de Évora, de quem leva as melhores recordações.

Do mais que se passou, eles melhor do que eu vos poderei informar.

À partida ouviram-se entusiásticas vivas ao proletariado de Lisboa e de todo o mundo, os quaes foram correspondidos com vivas ao proletariado de Évora.

* * *

Até hoje teem sido distribuidos aos grevistas 3:330 pães de

Até hoje teem sido distribuídos aos grevistas 3:330pães de kilo.

* * *

Vão reunir os lavradores e trabalhadores, no palacio de D. Manuel. Do que houver informarei.

* * *

Foram postos em liberdade alguns camaradas que se encontravam na esquadra desta cidade.

* * *

A' hora em que escrevo, 10 da manhã, estão tomadas por tropas as entradas da cidade, não permitindo a entrada nem saída a qualquer cidadão *(sic)*. Os espiritos estão ezaltadissimos, e contra tanto despotismo me revolto, por vêr que essa canalha torpe e infame por todos os modos pretende aniquilar este justo e belo movimento. Mas eu aqui lhes afirmo que tal não conseguirão, porque nós, proletarios, honrados e leaes, saberemos impôr os nossos direitos.

Do que houver direi. — **MARTI.**

ÉVORA, 24 *(noite)* — Hoje, mais do que nunca nós, operarios conscientes, devemos protestar energicamente contras as novas proezas das autoridades.

A guarda municipal, pelas 3 horas da tarde, foi provocar os proletarios que encontravam reunidos no Largo Severim de Faria. Logo à sua chegada começou distribuindo cutiladas, e, não contente com isto, fez fogo. O que então se passou não o poderei descrever. A colisão que êles ha muito provocavam realizaram-na agora. Caíu varado por uma bala o camarada rural Manuel Charneca, de Machede. Parece que ha muitos mortos, mas como não tenho a certeza vou informar-me.

Os feridos são em grande número e alguns em estado grave.

Da parte dos «verdelhões» também ha feridos.

Foram prezos Joaquim Candieira e Moizés do Rozario Azevedo.

Acaba de ser encerrada a Associação da Construção Civil e Artes Auciliares, onde reuniamos, e prenderam mais de 30 camaradas, homens e mulheres.

A fachada da Associação está crivada de balas, tendo as feras deitado abaixo com os tiros uma parte da hombreira.

Não mando telegrama porque é interceptado.

As prizões continuam.

Na furia de prender acaba de ser prezo o republicano António Moura. — **MARTI.**

ANEXO IV

CONGRESSOS RURAIS

Editorial não assinado, mas da autoria de Elias Matias, publicado no jornal *O Trabalhador Rural*, de Évora, n.º 5, Abril de 1913, no seguimento da realização do 2.º Congresso da Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais. Segundo Matias, fora Joaquim Candieira quem lhe solicitara essa colaboração, que não saíra assinada por ele não pertencer à classe rural.

Apezar das perseguições que nos teem movido e das insidias que sobre nós recahiram nos ultimos tempos, dos vêxâmes sofridos por alguns dos nossos, numa palavra, dos impecilhos póstos ao avanço da cauza dos trabalhadores ruraes, assim como da organisação sindicalista — o nosso Congresso, realisado em Evora nos últimos dias, acaba de demonstrar, pela fórma mais prerentória, que não arredámos ainda um passo do campo já conquistado e que estamos dispostos a ir até ao fim, reinvindicar o que de justiça nos pertence, levar para além das vastissimas regiões do Alemtejo e Estremadura as energias superabundantes da nossa raça de revoltados, os nossos veementissimos protéstos de oprimidos.

O Congresso foi concludente demais para que sobre nós restem dúvidas nos espíritos dos adversarios da emancipação dos trabalhadores. Demonstrámos de uma vez para sempre que nos não faltam ponderação e predicados suficientes para tratar da nossa questão. Norteados por uma orientação independente da politica dos partidos — essa gangrena d'este seculo de transformação social — interessámo nos directamente pelos assuntos que nos diziam respeito, repudiando a interferencia de *meneurs* que, sabêmo-lo bem, não serviriam senão para fazer estacionar todos os emprehendimentos que houvéssemos de tentar.

Os trabalhadores ruraes acabam, pois, de dar a melhor próva da sua capacidade.

Dizêmo-lo não por orgulho proprio, o orgulho de quem se sente superiormente apto a luctar na previsão certissima de uma victoria — o Congresso ultrapassou a nossa expectativa, poiis que jamáis nos ocorreria que num tão pronto espaço de tempo estivéssemos preparados para uma tal manifestação das nossas forças.

E esses homens, esses companheiros, esses nossos irmãos em ideal e em interesses que em Évora confraternisaram, sem uma mancha escura a empanar-lhes a alegria trasbordante, o entusiásmo expontâneo, saibam os nossos detractôres — trouxeram ao Congresso a adesão de povoações inteiras, de populações importantes, cujo sentir elles tão bem interpretaram, e com as quais antecipadamente trocaram impressões.

Mais uma vez, a dêsta para sempre, ficaram sabendo os que por ignorancia ou por maldade ainda não sabiam, que a existencia da nossa organisação não é um facto baldado, feito *ad hoc*, mas um acto expontâneo e consciente, creado pelas nossas necessidades, pela situação intolerável em que nos encontrâmos.

E como se comprehenderia que tão vertiginosamente nos robustecêssemos, se assim não fosse? Como se comprehenderia que não coubesse nos limites do natural o fenómeno da nossa organisação, se implicitamente por si se não bastasse, como servisse também de degráu a ambições que em nada nos interessam e que tão perniciosas nos seriam?

A nossa divisa é a da emancipação dos trabalhadores pelos mesmos trabalhadores. O nosso lema, o da solidariedade, que bem patenteámos no Congresso, trocando cumprimentos com as mais importantes corporações operarias do paiz levando adesões e saudações para além das fronteiras e votando a paralisação de trabalho por 24 horas para o dia 2 de junho, de protésto contra as prisões estupidamente mantidas de varios elementos operarios.

Finalmente, a camada mais obscura e ignorante do paiz, soube agora, como saberá no futuro, ser alguem, para se destacar, com o restante operariado organisado, na conquista de melhores dias, no advento de uma sociedade nova, onde o amor, a paz e o progresso, em toda a plenitude, sejam o factór suprêmo da máxima equidade colectiva.

E escusado será brádar — AVANTE! — porque os trabalhadores ruraes sabem já a missão que lhes cabe neste histórico momento.

ÍNDICE

Apresentação 3

1. A primeira greve dos trabalhadores rurais, em Junho de torna-se revolucionária e de acção directa 7
2. Évora: a greve geral dos trabalhadores rurais de 1912.... 17
2. Desfazendo algumas confusões 23
4. Os congressos rurais 28
5. A luta dos trabalhadores rurais continua!..... 34

Anexos 38

Outras obras publicadas pela Editora Sementeira:

de Edgar Rodrigues:

O Despertar Operário em Portugal
Os Anarquistas e os Sindicatos
A Resistência Anarco-Sindicalista à Ditadura
A Oposição Libertária em Portugal

de José Francisco:

Episódios da Minha Vida Familiar e de Militante Confederal
Páginas do Historial Cegetista
Recordações de um Proletário

de Artur Modesto, Francisco Quintal e José Francisco:

Alfarrábio Poético

de Álvaro de Oliveira:

Caricaturas Políticas (1906-1910)

de Maria da Graça Amaro de Oliveira:

A Cabacinha Preta (ilustrado, para crianças)

Pedidos ao Apartado 3122 — 1303 Lisboa Codex

Elias Matias é o decano dos anarquistas portugueses.
Alentejano. Manufactor de calçado. Ajudou a derrubar a monarquia em 1910 e a desenvolver as lutas dos trabalhadores rurais nos anos seguintes. Eis o seu testemunho.